

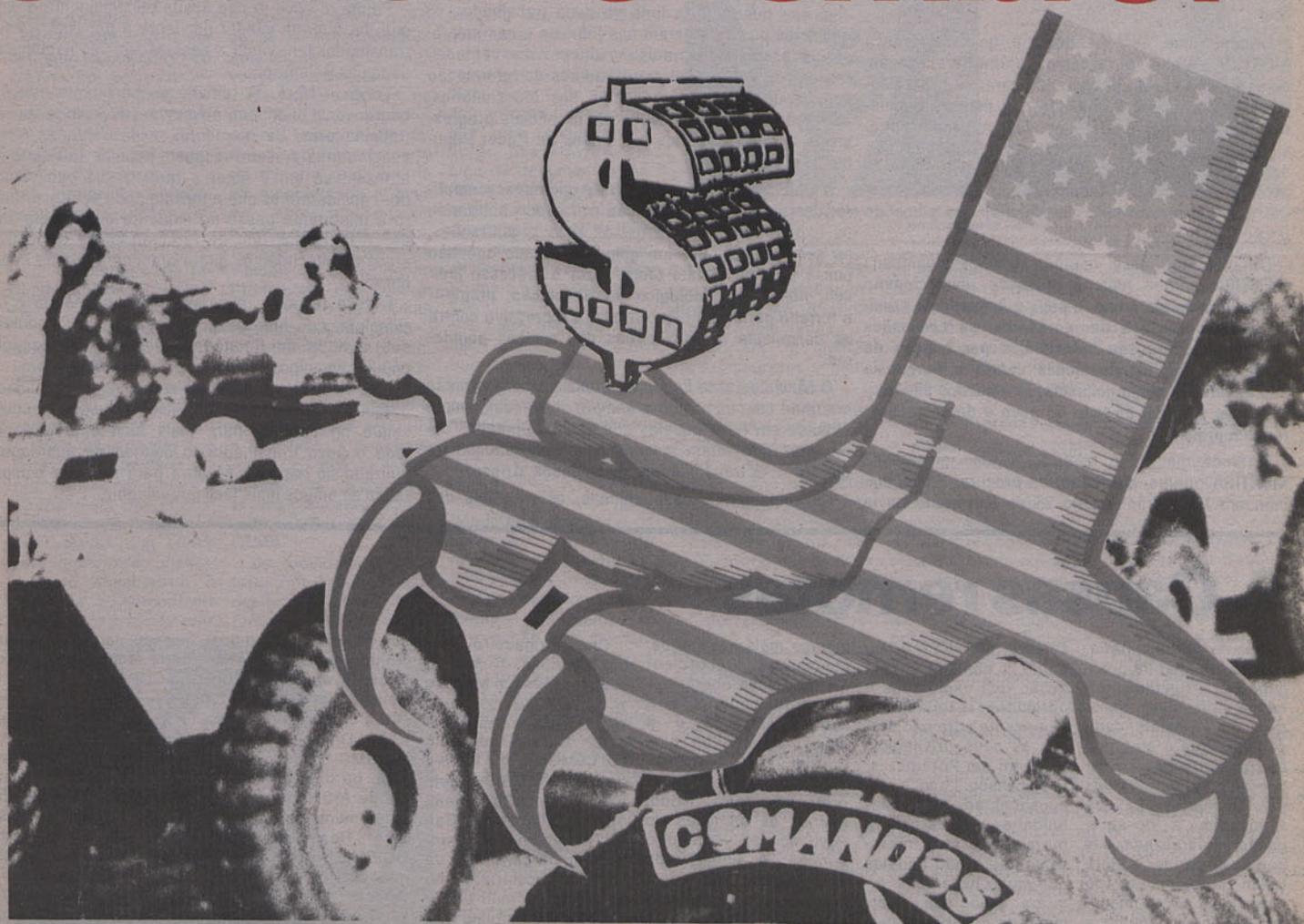
# Poder Popular

Director: Fernando Ribeiro Mendes Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I N.º 26 (Nova Série) 29 de Janeiro de 1976 4\$00

## O que foi o 25 de Novembro?

número especial



*Relatório Preliminar do Inquérito Popular  
realizado por elementos de Comissões  
de Trabalhadores, Moradores e Soldados*



# I - GOLPE SÓ HOUVE UM, O DA DIREITA!

## 1. Introdução

O chamado Relatório Preliminar do Inquérito ao 25 de Novembro elaborado por burgueses para servir os interesses da sua classe, os interesses exploradores e opressores, os interesses do imperialismo, é uma gigantesca MENTIRA, constituída pelo alinhamento tendencioso de factos e acontecimentos resultantes do processo revolucionário (a maior parte dos quais eram do conhecimento geral) que nada provam senão que antes do 25 de Novembro e nessa data se defrontavam politicamente ao nível civil e militar, forças e interesses de classe antagónicas.

Dizemos que esse relatório é uma gigantesca MENTIRA porque utiliza como matéria de acusação, como se se tratasse de actos de carácter conspirativo, o desenvolvimento da luta das massas populares, a crescente organização dos soldados, a posição de classe dos oficiais revolucionários que se colocaram ao serviço da luta pelo Poder Popular, pelo Socialismo, pela Independência Nacional, factos que se passavam à luz do dia, aos olhos do nosso País e de todo o Mundo.

Dizemos que esse relatório é uma gigantesca MENTIRA porque nele, o processo revolucionário é considerado um crime, o povo é acusado de criminoso, as comissões de moradores, as comissões de trabalhadores são constituídas por bandos de malfiteiros, as manifestações contra a burguesia são encaradas como golpistas, os soldados são acusados de estarem ao lado do povo e de se recusarem a reprimi-lo.

Dizemos que esse relatório é uma gigantesca MENTIRA porque, para além de procurar demagogicamente fazer crer que no 25 de Novembro havia

um golpe de esquerda, uma conjura política e militar, aponta desde já os futuros réus: os trezentos mil trabalhadores da construção civil que lutam pelo seu contrato, os trezentos mil metalúrgicos que lutam pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho, as centenas de milhares de trabalhadores que lutavam contra o antipopular e bombista VI Governo, os moradores que se batem contra a miséria, as barracas e a especulação dos capitalistas, os soldados e marinheiros que lutam contra o R. D. M. fascista e a hierarquia reaccionária militarista e se puseram ao lado do povo trabalhador, os operários que se bateram nas fábricas e nas empresas, os assalariados rurais em luta por uma verdadeira Reforma Agrária, os trabalhadores da Informação que denunciavam as manobras dos reaccionários, as forças políticas de esquerda, os oficiais progressistas e revolucionários, os órgãos de Poder Popular, os sindicatos!

O objectivo fundamental desta gigantesca mentira, desta enorme mistificação é, (responsabilizando os explorados e oprimidos, as suas organizações, os seus aliados, por um golpe de Estado que não passa de uma fábula) tentar fazer o processo judicial, político e ideológico da Revolução, preparar o terreno para um ataque frontal e repressivo contra as conquistas revolucionárias das massas populares.

O Movimento de Esquerda Socialista, organização coerente com as posições sempre assumidas, empenhou-se em ouvir aqueles que sendo apontados como réus não foram ouvidos pela Comissão de Inquérito — os trabalhadores, os soldados, o povo.

Os soldados de cada unidade, os membros das

comissões de trabalhadores e moradores que encontraram sempre apoio para as suas justas lutas nas unidades progressistas e que seguiam a vida destas a par e passo, sabem que o Relatório não passa de um chorriho de mentiras e calúnias.

Porém, a censura e a manipulação da Informação impedem que esse conhecimento de experiência feito, seja transmitido a todos os trabalhadores e aos outros sectores do povo, o que, pensava a direita, garantiria a aceitação geral do Relatório como autêntico, honesto e isento.

Porém, o povo já não aceita pacificamente o gato que lhe querem vender por lebre e por isso o povo trabalhador tem vindo a desmascarar as pseudoverdades do Relatório.

Tendo o M. E. S. tomado conhecimento que um grupo constituído por elementos de comissões de trabalhadores, de moradores e de soldados havia coligido uma primeira resposta popular ao Relatório, apressou-se em a obter e fazer a sua publicação, por considerarmos que a mesma pode ser um primeiro e importante passo ao inquérito que os explorados e oprimidos têm de fazer ao 25 de Novembro e aos acontecimentos que o precederam e lhe sucederam.

É essa resposta, inevitavelmente provisória e incompleta, que hoje se publica no «Poder Popular» sob o título de Relatório Preliminar do inquérito popular ao golpe reaccionário de 25 de Novembro.

Este relatório, que recusa a lógica e a legalidade burguesas e que apenas aceita a justiça popular, segue no entanto, para mais fácil utilização por todo o povo trabalhador, o método de abordagem utilizado no Inquérito-Mentira para tornar a comparação de ambos mais fácil e reveladora.

## 2. Causas remotas

Quanto a esta matéria, o Inquérito-Mentira preocupa-se fundamentalmente com duas questões: «instabilidade política» que é atribuída às «precipitações» da esquerda e às «vanguardas revolucionárias» que «causaram a desagregação generalizada das Forças Armadas» e «tentaram aproximar-se do poder pela via da manobra política, do golpe e da pressão».

Estas duas afirmações são parte da poeira que os reaccionários tentam atirar aos olhos do Povo.

Em todos os processos revolucionários se verificou instabilidade política. Porquê? Porque as classes dominantes,

sempre que viram o seu poder abalado pela acção dos explorados e oprimidos, reagiram violentamente para não perder os seus privilégios. Também em Portugal isto se passou. Logo, a responsabilidade da «instabilidade» política cabe à burguesia e seus representantes e não àqueles que muito justamente lutaram pela sua libertação da miséria, do terror e da opressão.

Quanto às «vanguardas revolucionárias» há que dizer o seguinte:

a) As tentativas de isolamento e aniquilação das vanguardas sempre foram tarefas centrais de todos os contra-revolucionários. Isolar os ele-

mentos mais avançados, combativos e conscientes da classe operária e dos trabalhadores e a sua organização é a maior ambição da burguesia.

b) O Inquérito-Mentira pretende, deste modo, distrair as atenções do Povo do seu verdadeiro inimigo: a «retaguarda reaccionária» que organizou toda a conspiração contra-revolucionária.

Senão vejamos:

1) Dissolução da 2.ª Divisão — Os oficiais do OP (por exemplo: capitão Varela e mj. Begonha) eram quase todos de direita e com contactos com polícias secretas estrangeiras.

Chefe-brigadeiro Pedro Cardoso. Cessa as suas funções em Maio de 75 quando a 2.ª Divisão/EMGFA é dissolvida. A 2.ª Divisão dependia do CEMGFA, na pessoa do vice-CEMGFA, gen. Fischer Lopes Pires membro da Junta de Salvação Nacional que transitou ainda para o CR de onde foi posteriormente obrigado a demitir-se.

Destino de alguns elementos preponderantes da 2.ª Divisão:

— Major Espírito Santo — enquanto encarregado dos Serviços de Informação no Leste de Angola - Luso, era o encarregado dos contactos do Exército português com a UNITA. Tem cur-

sos de informação e contra-informação do Exército americano. Depois da dissolução da 2.ª Div. é chamado a chefiar o 2.º Departamento do QG/RMC. Foi depois colocado na direcção da arma de Artilharia estando actualmente colocado na 2.ª Repartição do QG/RML. Decorrem averiguações no sentido de detectar ligações aos serviços secretos estrangeiros entre os quais CIA/DIA, DOPS, etc.

Da 2.ª DIV/EMGFA transitaram oficiais saneados para o COPCON — ex. mj. Paz e maj. Vargas. Este último após entrevista ao «Jornal Novo» e suspensão pelo então CEME, gen. Fábão,

passou para o AMI para onde recrutou elementos do COPCON.

### 2) Vasco Lourenço em Mafra

Sempre que havia «agitação» alguns conselheiros da Revolução fugiam para Mafra. Estão neste caso o cap. Vasco Lourenço e o então ten.-cor. Charais.

Em Mafra o cap. Vasco Lourenço promoveu várias reuniões com oficiais da arma de Infantaria representando o sector mais reaccionário do Exército. Dessas reuniões saíam moções a apresentar na Assembleia do MFA entre as quais se salientam as

Continua na pág. 3

# Causas remotas

Continuação da pág. 2

que exigiam a dissolução da 5.ª Divisão/EMGFA.

## 3) Documento dos Nove

Uma vez feito este documento foi enviado a todas as unidades do País onde muitas vezes foi aprovado sem sequer ser permitida a sua discussão prévia.

Serviu de ponta-de-lança à organização de toda a direita, desempenhando um papel semelhante ao do PS a nível civil.

## 4) Tentativa de criação de uma tendência «Nove» na Armada

Na Armada houve uma colagem às posições dos «Nove» por parte de todos os reacçãoários que nessa altura era a única forma que tinham para combater a linha hegemónica de esquerda.

A direita aproveitava, amplamente, todas as possibilidades de discussão aberta:

— contestação da representatividade da AMFA

— contestação dos conselheiros da Revolução da Armada

— o não reconhecimento de um «direito revolucionário».

Eram estes pontos que tinham possibilidade de polarizar e congregar a direita reacçãoária sem afastar os afectos à linha dos «Nove» que nunca teve implantação qualitativa ou quantitativa. A bandeira da democracia serviu para a penetração

de um estado de crescente mal-estar entre os oficiais, orquestrado principalmente pelo com. Caldeira Saraiva, eng. Balcão Reis e com. Garcia Dias, Malheiro Garcia, ten. Beirão Reis e outros peões de menor importância, como o Nóbrega e Filipe da Silva que actualmente controlam a repartição de colocação de oficiais.

Após intervirem a nível da Coordenadora, através do Garcia Dias, os «moderados» apoiados pelos fascistas promovem uma reunião de esclarecimento no Clube Militar Naval onde a histeria reacçãoária é notória sendo vaiado o ten. Judas e delirantemente aplaudidas as intervenções de direita.

Na AMFA seguinte, na eleição dos novos conselheiros, houve uma tentativa de boicote por parte da minoria reacçãoária ali representada através da apresentação em branco de alguns votos.

Igual tentativa na eleição do Conselho de Promoções, em plenário de oficiais, onde a direita vota em branco após o eng. Balcão Reis pretender que a votação era ilegal pois podiam reconhecer-se as caligrafias dos votantes! Não é estranha a este facto a descrição que o «Expresso» faz da Assembleia imaginando já uma contestação a Filgueiras Soares, então CEMA.

De considerar ainda a forte influência de que desfrutava Gomes Mota (actual secretário de Es-

tado da Cooperação), em casa do qual se realizaram muitas reuniões.

## 5) Dissolução da 5.ª DIV/EMGFA

Durante o golpe contra-revolucionário do 11 de Março foram identificadas, pela direita, as unidades que mais vigorosamente reagiram contra os fascistas. Entre elas, uma das que reagiu prontamente, foi a 5.ª Divisão, assegurando o domínio da Emissora, contribuindo para a mobilização dos soldados do RALIS, mobilização popular, desmoralização dos pára-quedistas (conforme declarações expressas ao programa da 5.ª Divisão).

Como tal os fascistas perceberam que para criar condições ao seu sucesso era necessário neutralizar a 5.ª DIV.

Nô fecho da 5.ª Div. desempenha papel fundamental a fuga de dois documentos internos em que era analisada a acção dos «Nove». Tal fuga de documentos torna-se compreensível quando analisado um documento-balanço feito por Melo Antunes onde se referem «infiltrações ao mais alto nível na 5.ª Div.».

É claro que foram estes oficiais infiltrados que organizaram a fuga desses documentos para provocar uma crise que se saldasse, como se saldou, pelo fecho das instalações. É de notar que, para o grande público o fecho da 5.ª Div. foi justificado pela existência de numeroso armamento nas suas dependências. Este argumento teve que ser desmentido publicamente logo a seguir.

A acção dos Comandos foi levada a cabo à boa maneira fascista, tendo-se despedido os oficiais que à altura estavam nas instalações, enquanto que no terreno se dispunham 17 chalmites, comandos com lança-granadas, foguetes, etc. Para essa acção militar foram utilizados «comandos» vindos nessa mesma noite de Luanda alicados por Jaime Neves para irem «dar cabo dos comunistas».

Os comandos que ficaram a guardar as instalações passaram então a destruir todas as instalações, haveres pessoais, discos, roubaram «cassetes», etc., etc., e um cofre com dinheiro. Embora pedido oficialmente, nunca se fez o correspondente inquérito.

## 6) Assembleia de Tancos (5 de Setembro de 75)

Na Assembleia do Exército Preparatória da Assembleia de Tancos, alguns dos seus elementos foram impedidos de entrar (por exemplo o representante do EMGFA, cor. Varela Gomes). Do mesmo modo o secretário da AMFA foi expulso da sala e substituído por elementos do EME. Na Assembleia de Tancos o gen. Fabião e Moraes da Silva representam os 120 votos do

mento de Corvacho. O PS impõe Pires Veloso como condição para participar no VI Governo.

## 8) Posto de Comando Clandestino na Amadora

Constituído durante o mês de Agosto. Desde o início que o comandante é Ramalho Eanes. Objectivo: fazer frente a «possíveis ataques das unidades de esquerda»

## 9) Estado-Maior Reacçãoário no EME

Para o EME convergem todos os saneados

como o afastamento dos generais Otelo e Fabião, dos comandos de unidades como o RPM, o RALIS, o RE1, a EPSM e outras que seriam dissolvidas ou transferidas para fora da Região Militar de Lisboa.

A FMU fundamentalmente inspirada pelo major Aventino Teixeira cujo cavalo de batalha era o «anti-social-fascismo» e o «antifascismo», era composta por elementos da linha «Nove» e da direita reacçãoária, tais como: Jaime Neves, Ferreira da Cunha, Loureiro dos Santos



Firmino Miguel e Magalhães Mota — aliança direita/Forças Armadas: ou a via monocular para o «Socialismo lusitana»...

Exército e os 60 da Força Aérea, impedindo a expressão de qualquer divergência face às propostas apresentadas.

Decorrem investigações sobre os seguintes factos a averiguar:

— alguns elementos presentes na Assembleia de Tancos não era delegados e outros apresentados como delegados de unidades que não existiam, tendo votado.

Esta Assembleia salda-se com o fim do MFA como força progressista e consiste na primeira fase do golpe reacçãoário.

## 7) Rebelião Anti-Corvacho

Contestando as atitudes progressistas do comandante da RMN, brigadeiro Corvacho, os comandantes e oficiais da quase totalidade das unidades da Região Militar Norte colocam-se sob o comando do brigadeiro Charais. Constituem um Quartel General rebelde no RI Braga, cujo comandante conjuntamente com o seu grande amigo coronel Saraiva, comandante do CIOE de Lamego, são os instigadores principais. Trata-se de uma manobra militar com objectivos marcadamente político-reacçãoários.

Otelo e Fabião cedem na reunião do OG do Porto e permitem o saneamento

de todos os sítios que ao fim de algum tempo acabam por se tornar operacionais. Acabam por circular a informação ao CEME, general Fabião que sempre condescendeu com esse foco reacçãoário.

No EME incentivou-se a preparação do golpe de direita, através da utilização do poder administrativo — plano de passagens à disponibilidade e colocação de oficiais de direita em lugares e unidades chave.

Destaca-se aqui o major Tomé Pinto que, embora só desempenhasse «funções fantasmas» andou extremamente azafamado nos últimos tempos.

## 10) Frente Militar Única.

A organização de toda a direita militar que tinha passado despercebida no 28 de Setembro, no 11 de Março, tornou-se possível a partir das condições criadas pela linha «nove», e veio a desembocar na criação da FMU.

A FMU para além de estar obviamente infiltrada pela CIA e pelo MDLP foi palco de duas tendências: a da solução da força e a da solução política.

Realizaram-se reuniões de oficiais reacçãoários com a participação dos «nove» onde eram discutidos pontos

tos, Pinho Freire, Ramalho Eanes, Pires Veloso, etc.

A sua actividade era de vigilância sobre os elementos de esquerda.

## 11) Ameaças de Charais

Várias vezes no CR, Charais pressionou com a força militar de que dispunha, dizendo que avançaria para Lisboa para depor o general Vasco Gonçalves e impor Loureiro dos Santos como 1.º-ministro.

Isto evidencia a existência de um plano operacional preparado na Região Militar Centro e que estaria na origem das manobras previstas (mas não realizadas) para o princípio de Novembro.

## 12) Rearmamento da PSP e GNR

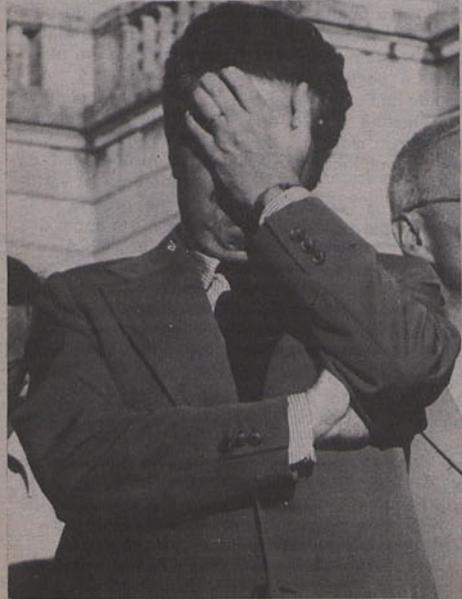
O general Pinto Ferreira retirou-lhes as armas pesadas (agora devolvidas).

É um facto que estas forças não se destinam a actuar com este tipo de armas. Acaba por ser afastado por um processo obscuro.

Na RMN, Pires Veloso inicia o armamento das forças militarizadas que passaram a receber treino em Espinho.

De notar que um plano do tempo de Spínola, previa redução de força

Continua na pág. 4



Soares — arrependido?

# Causas remotas

Continuação da pág. 3

do Exército, Marinha e Força Aérea e o armamento das forças militarizadas que ficariam com efectivos muito superiores aos daqueles. Fabião nunca conseguiu revogar este plano. De notar que as forças militarizadas portuguesas são as únicas da Europa armadas com armas automáticas.

## 13) ELP em Braga

Desde a saída de Corvacho que as forças do ELP e MDLP gozaram de quase total liberdade de acção para se organizarem e armarem na RMN.

Factos estranhos rodeiam a actuação do RI Braga aquando da reunião no Seminário, onde foi preso o ten. fuz. Benjamim, inexplicavelmente deixando fugir homens como o Alpoim Calvão.

As acções do ELP e do MDLP tinham toda a cobertura em certos órgãos da imprensa norte-nha, nomeadamente pela pena do jornalista Barradas do «Comércio do Porto».

Estão em averiguações as actividades do major Belchior da 3.<sup>a</sup> Rep. do OG/RMN, suspeito de ligações com o MDLP.

## 14) Armamento de quartéis reaccionários

— Armamento de Angola para unidades militares das RMN e RMC.

— Concentração de meios aéreos na base da Cortegaça.

— Armas da EPI («bazookas» e canhões sem recuo) e CIAAC (quádruplas) para o Regimento de Comandos.

— Armamento de Estremoz transferido para o Porto. Em Estremoz, em fins de Outubro verificou-se a colocação de grande número de sargentos do OP que deviam substituir oficiais do OC.

— Rearmamento da PSP e GNR (já analisado).

— Quando da ocupação das rádios os meios deslocados pelo Reg. Comandos para a Rádio Renascença na Buraca provam que esse armamento — desproporcionado para efeitos de mera defesa de local — se destinava à constituição de um quartel de campanha dos comandos, situado num ponto

4 — Poder Popular

estratégico.

## 15) Fecho das Rádios

O primeiro objectivo era silenciar os meios de informação, pois que tal era uma condição prévia para o sucesso das operações de direita (por ex. no 25 de Novembro a imprensa de Lisboa esteve proibida de circular durante alguns dias). Como tal objectivo não se pode concretizar devido à mobilização popular e à atitude dos soldados, esta operação militar serviu pelo menos para a direita ficar a conhecer quais as unidades potencialmente aliadas e quais as inimigas em operações futuras do género.

## 16) Criação do AMI

Já vinham de longe as tentativas para a criação do exército profissional (vidé referências à tentativa de diminuição dos efectivos militares no tempo de Spínola). A burguesia que não confiava nos soldados da RML, precisava de ter forças às suas ordens em quem confiasse. O COPCON também não dava segurança. Para isso decidiu recrutar um exército de mercenários (os principais centros de recrutamento eram o R. Comandos e o quartel de Lamego). Aos recrutados são oferecidas condições não comparáveis às miseráveis dos soldados do contingente (com os prémios chegam aos 10 000\$000 por mês). Para comandante é nomeado o brig. Melo Egídio, que agora passou para vice-chefe EMGFA.

Esta é, na actual fase, a única maneira de retirar o poder militar ao presidente da República.

No entanto ainda tiveram algum apoio no CIAAC e na EPI, por exemplo, onde mediante a recusa dos praças se constituiu uma companhia operacional, formada só por oficiais e sargentos do OP que por várias vezes se oferecem aos «Nove» e à direita para actuar. Vasco Lourenço vinha já perdendo influência na EPI mesmo antes do 25 de Novembro em virtude do apoio dado a Melo Antunes, considerado na EPI como comunistóide.

## 17) Dissolução do COPCON

Manifestamente as unidades do COPCON da RML não estavam a servir

os interesses da direita. Daí as tentativas, prontamente repudiadas pelos soldados, de dissolver não só o COPCON mas também nalgumas unidades desta RML (EPAM, EPSM, RALIS, EPM, RAC).

Como não se conseguiu isso tentou-se negociar a dissolução do COPCON com a do AMI. Ora, trata-se de organismos completamente distintos: O COPCON era um comando operacional realmente funcional e cuja autoridade se estendia às unidades mais importantes do País. O AMI nunca conseguiu ser estruturalmente mais do que o Regimento de Comandos da Amadora.

Ao extinguir o AMI, mas não extinguindo o Reg. Comandos com os seus mercenários, não se extinguiu absolutamente nada.

## 18) Tentativas de afastamento de Dinis de Almeida

Foram várias as tentativas neste sentido sendo a mais evidente a que, pouco tempo antes do 25 de Novembro, pretendeu afastá-lo não só do RALIS, mas do País (para Moçambique).

## 19) Reorganização do Corpo do Estado-Maior

A seguir ao 25 de Abril, o Corpo do Estado-Maior foi dissolvido. Era constituído por um grupo de oficiais altamente especializados, gozando de privilégios muito superiores aos de outros militares (escalas de mobilizações, promoções, etc.). Na guerra colonial ficavam sempre nas cidades, recusando ir às frentes de combate (e não era por sentimento antiguerra colonial!). Este corpo de oficiais, treinado para gizar planos de operações, uma vez saneados dos seus postos anteriores, acumulavam-se no OG, EME, ME, EMGFA, de onde lhes foi fácil, através de procedimentos activos ou passivos (boicotes) administrativos, transferir armamento ou pessoal de modo a criar condições que servissem os seus planos e estratégia golpista triunfantes em 25 de Novembro.

Sobretudo os oficiais da 2.<sup>a</sup> repartição tinham desde o tempo do fascismo, contactos com polícias secretas estrangeiras (CIA/DIA, DOPS, Surveillance, Seguridade, etc.).

Vidé o que se disse sobre a constituição de

um OG reaccionário.

Foi deste corpo que saíram os homens que instalaram o posto de comando no 25 de Novembro.

## 20) Saída de oficiais pára-quadristas das bases

Numa acção conjugada, os oficiais de Tancos e Montijo, abandonaram as bases.

Em Tancos já há tempos os oficiais se estavam a organizar (colocaram mesmo dois dos seus no Montijo). Diminuíram brutalmente as regras de vigilância às bases, postos, etc., incorrendo em penas graves. Os sargentos resolveram, por isso, reforçar a vigilância o que não agradou manifestamente à oficialagem reaccionária que tentava isolar os sargentos. Já há tempos vinham pensando e ameaçando regressar ao Quadro de origem (Exército).

No dia 13/11/75, numa reunião no DCI, falou-se em utilizar ex-páras no âmbito do AMI, formando um corpo de elite profissionalizado. Alguns hesitantes foram arrastados nesta manobra.

Na altura da visita do CEMFA, gen. Morais e Silva a Tancos, passaram-se alguns factos significativos:

— os oficiais convocaram os praças, para enquadros só por oficiais, terem a sessão de esclarecimento com o CEMFA.

— os praças acabaram por abandonar a sessão, dado o ambiente perfeitamente fascista em que esta vinha decorrendo, e dirigiram-se para uma reunião onde estavam os sargentos.

O gen. Morais e Silva com modos intempestuosos saiu. Os oficiais reuniram-se noutro local e combinaram então levar à prática o plano de saída colectiva.

O com. major Calheiros, depois de dizer que saía com eles, voltou com a opinião atrás e arranjou guias de marcha para os «destacados» — cobertura legal pois abandonaram a unidade sem guias de marcha, o que lhes evitou serem desertores ou refratários.

No seguimento desta acção as forças reformistas tentaram o compromisso máximo com os Nove mas a radicalização rápida atingida na luta levou a que as provocações sucessivas, o gen. Morais e Silva fala-

va da «secagem» administrativa, envio dos páras para casa, etc.) criassem nos páras a disposição para acção.

A oficialagem reaccionária veio a concentrar-se posteriormente em Cortegaça.

## 21) Saída de oficiais e sargentos do RPM para a direcção da Arma de Cavalaria

Os oficiais e sargentos que abandonaram a unidade, antes de saírem têm contactos com Vas-

Restelo) ao Regimento de Comandos na Amadora.

**Factos a averiguar** — a existência de um posto de escuta telefónico (o próprio Relatório Preliminar menciona conversas telefónicas) montado pela ITT.

## 23) «Engano» dos Comandos

No dia 24 de Novembro chega a Lisboa um navio carregado de armamento proveniente de Angola. Rapidamente a



co Lourenço que lhes promete apolos. Alguns ficam apresentados na DAC, outros passaram-se para os quadros do AMI, tendo regressado ao RPM depois do 25 de Novembro.

As demissões de sargentos são feitas com requerimentos todos iguais e em que estes não conseguem justificar algumas das afirmações nela contidas. O que mostra como foram manipulados.

Os que estão apresentados na DAC ficam dois meses sem serem colocados. Alguns são colocados mas não se apresentam nos locais de destino e não sofrem por isso qualquer tipo de punição. Os afastamentos voluntários de oficiais e sargentos dão-se simultaneamente no RPM, EPSM e outras unidades (isto visava também a liquidação destas unidades). O mesmo procedimento é posteriormente seguido na Força Aérea.

Na manhã de 26 de Novembro voltam ao RPM acompanhando os Comandos. Quem os convocou, quando e para onde?

## 22) Sistema de Transmissões

— Nos contactos entre Jaime Neves e Pires Velloso de Lisboa para o Porto, é utilizado o posto de rádio amador 21.5 a transmitir em SV4.

— Por não confiar na rede dos TLP, foi instalada uma rede própria entre a estação de D. Luís (mercado 24 de Julho), passando pelo OG Material de Engenharia e ligando o EMGFA (antigo Ministério do Ultramar no

direita tenta apoderar-se desse armamento para reforço das suas posições no Norte e Regimento de Comandos. Uma ronda da PM intercepta uma camioneta com três AMI's sem estar devidamente documentada. Por esse facto a camioneta é conduzida ao RPM. Pouco depois os Comandos instalam quatro chaimites na Calçada da Ajuda tapan-do provocatoriamente os acessos aquela unidade. Inquirida a Presidência da República pelo comandante da RPM, é-lhe respondido posteriormente que houve um «engano» dos Comandos.

## 24) Plano do PS

Tinha infiltrações em quase todas as unidades.

Tinha constituído uma Direcção Político-Militar e estabelecido um plano operacional:

— A nível civil contava essencialmente com mobilizações envolventes de Lisboa, cortando-lhe os acessos (como se verificou) e na própria área de Lisboa, em apoio das Unidades afectas e contra as Unidades contrárias.

Um ensaio geral deste plano foi feito no dia 1 de Outubro, embora com pouco êxito, apesar dos esforços históricos do PS que tentava desesperadamente mobilizar a população de Lisboa e do resto do País contra o que chamava «o golpe da extrema-esquerda».

**Em averiguações:** O armamento de que dispunha o PS.

# 3. Causas próximas

3. Causas próximas dos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975.

Como já vimos no ponto anterior, a **escalada reaccionária e provocatória nas semanas que antecederam o 25 de Novembro era cada vez mais forte**. Como também já denunciámos, as **forças reaccionárias, civis e militares, agentes da burguesia e do imperialismo, estavam perfeitamente organizadas e apenas necessitavam de um pretexto político para desencadarem o seu plano militar golpista**. As armas da chantagem, da pressão e da provocação iam ser escolhidas para detonador. Deste modo, nos dias e semanas imediatamente anteriores ao 25 de Novembro, as forças reaccionárias utilizaram essas armas de uma forma articulada, com o fim de gerarem uma situação de agravamento das tensões políticas e militares que, obrigando as forças progressistas a responder, fornecesse o pretexto desejado para a acção global contra-revolucionária. **Esis os passos fundamentais que revelam a montagem da provocação:**

— Ameaça de passagem à disponibilidade ou com a licença registada de cerca de 27.000 soldados e milicianos até ao dia 2 de Dezembro, forma de quebrar a força organizativa dos trabalhadores fardados e destruir a capacidade operacional das unidades do exército

integradas no processo revolucionário;

— Ameaça de dissolução das unidades militares mais empenhadas no avanço do processo revolucionário: PM, RALIS, EPSM, EPAM, REI, RASP, etc..

— Programação de manobras militares para os dias 7, 8 e 9 de Novembro, em que, no plano previsto, as tropas seriam concentradas no norte do País, enquanto o «inimigo» seria localizado no sul. Estas manobras eram preparadas por elementos reaccionários sendo elucidativo o exemplo do major Aranha encarregado da sua organização na Região Militar do Centro e que em 28 de Setembro havia sido saneado de Chefe de Estado Maior dessa Região Militar;

— A acção terrorista ordenada pelo Conselho da Revolução em que, no dia 7 de Novembro, utilizava uma força de paraquedistas para a destruição à bomba do Emissor da Buraca da Rádio Renascença. Esta acção procura atingir dois fins: impedir que a voz dos explorados continuasse a fazer-se ouvir nesse meio de comunicação e provocar as massas populares, os soldados e oficiais progressistas;

— Manifestação reaccionária organizada pelo CDS, PPD, PS e retornados que Pinheiro de Azevedo num discurso provocatório elaborado por Almeida San-

tos considera tratar-se de um plebiscito popular à sua política contra-revolucionária (o Terreiro do Paço nem sequer estava cheio apesar da RTP ter feito esforços enormes para tentar demonstrar o contrário). Nessa manifestação, a PM foi violentamente provocada, tendo o próprio Pinheiro de Azevedo dito «ainda não acabaram com esses gajos?!»;

— Suspensão das actividades do VI Governo que impõe condições militares e policiais paratornar a funcionar. Destemodo, o VI Governo, apela descaradamente ao golpe de direita com esta manobra de chantagem política (evidentemente concertada com o estado de adiamento de preparação da acção militar contra-revolucionária);

— A aprovação de moções na Assembleia Constituinte em que é sugerida a transferência das suas actividades para o Norte do País, com o objectivo de dividir o País ao meio, isolando política, militar e economicamente Lisboa e o Sul do Tejo;

— Tentativa de afastamento de Otelo e Fábão dos seus postos de chefia, o que passava pela transferência-desterro desses oficiais para os Açores;

— Tentativa de dissolução da base-escola de para-quedistas onde, após a deserção da grande maioria dos oficiais, os soldados,

sargentos e oficiais progressistas se colocaram ao serviço da revolução;

— Nomeação de Vasco Lourenço para comandante da Região Militar de Lisboa, após esse oficial ter declarado que afastaria dos seus postos de comando os oficiais das unidades progressistas desta Região Militar. Essa manobra visava eliminar o poder político-militar do comandante do Copeon Otelo Saraiva de Carvalho e funcionava também como provocação às unidades alvo dos reaccionários;

— A entrevista de Melo Antunes em que este oficial insinua haver um golpe comunista em preparação, dando assim cobertura internacional ao golpe reaccionário;

— Provocações efectuadas por Jaime Neves e forças dos Comandos na noite de 24 de Novembro, em que passaram ameaçadoramente frente ao Regimento de Polícia Militar com vários chaimites;

— Barricadas montadas por fascistas que manipularam os agricultores nas zonas do Rio Maior, Caldas da Rainha, Bombarral, Torres Vedras e Carregado, cortando os acessos a Lisboa e dividindo na prática o País ao meio.

Os «paras» responderam a estas provocações (sobre tudo à ameaça de dissolução da BAPT) através da tentativa de neutralização



Rádio Renascença — o ataque à bomba foi reivindicado pelo Conselho da Contra-Revolução

das forças reaccionárias da F.A. e da substituição do CEMFA e dos representantes da FA no C.R.

No entanto esta acção dos «paras» impulsionada pelos reformistas do PCP, que visavam utilizá-la como força de pressão para as negociações de gabinete com os Nove, o PS e o PR e era portanto objectivamente direita e recuada, veio a revelar-se perigosamente aventureira pois veio a fornecer aos conspiradores contra-revolucionários o pretexto almejado para o de-

sencadeamento do seu plano político e militar.

O dia 25 de Novembro ficará assim na história do Povo português como o dia em que a burguesia e o imperialismo, desencadeando um golpe político-militar cuidadosamente amadurecido conseguiu restabelecer as condições indispensáveis à recomposição do seu poder político e militar e à organização do aparelho repressivo, infligindo pesada derrota ao povo trabalhador e submetendo-o de novo a toda a brutalidade da ditadura da burguesia.

# 4. Causas determinantes

Para se chegar à compreensão de quais foram as causas determinantes do golpe reaccionário de 25 de Novembro e porque é que ele foi triunfante, haverá que analisar de forma breve e sintética qual era a situação que se vivia em Portugal nas vésperas do golpe.

a) **A burguesia e os seus partidos**, desde os fascistas aos sociais-democratas, **cada vez controlavam menos o aparelho militar**, apesar dos saneamentos à esquerda e das ameaças de repressão dos militaristas, pois os soldados, marinheiros, sargentos e oficiais revolucionários conseguiram organizar cada vez mais eficazmente o seu apoio político à luta das massas populares pelo socialismo e pela Independência Nacional.

b) **A política reaccionária do Conselho da Revolução e do VI Governo**

**Provisório tinha uma resposta firme por parte dos explorados e oprimidos** que por meio de uma intensa e ampla mobilização de massas não só punha em causa o exercício do Poder burguês como cada vez mais apontava o caminho da institucionalização do Poder Popular e da constituição de um Governo Revolucionário como forma única de caminhar para o Socialismo, apesar do férreo controlo reformista.

c) **As forças fascistas e fascizantes, civis e militares, avançavam e organizavam-se abertamente**, aproveitando-se da inconsequência dos sectores democráticos da burguesia falsamente socialista (P.S., Grupo dos 9) colando-se táticamente a estes para assim recuperarem das derrotas que o processo revolucionário lhes impusera.

**Americano e o sub-Imperialismo Europeu desenvolviam uma ampla actividade internacional de isolamento do processo revolucionário português**, pelo lançamento de calúnias na sua imprensa, pela ameaça de estrangulamento económico, pela insinuação de possíveis intervenções políticas e até mesmo militares. A presença actuante de um enorme contingente de agentes da C.I.A. e de Polícias Secretos Brasileiros e Europeus era uma realidade por todos vista e a que a VI Governo e o Conselho da Revolução fecham os olhos; o apoio político e financeiros dos imperialistas aos partidos burgueses, do C.D.S. ao P.S. crescia a passos largos.

e) **As forças reformistas lideradas pelo P.C.P. desenvolviam uma política aventureira e direita** subordinando a sua

acção à reforma do Poder político-militar saído da Assembleia golpista de Tancos, aproveitando a força do seu aparelho para impor uma direcção política à luta de massas que, apesar de esta contar com uma alternativa revolucionária que pouco a pouco era mais forte, conseguia impor objectivos como «A reconstrução do M.F.A., e «P.P.D. fora do Governo» para a movimentação popular.

f) **O M.E.S. e a esquerda revolucionária empenhavam a sua força na aglutinação e organização da ofensiva popular de massas**, alertando para a ameaça fascista, recusando firmemente as perspectivas golpistas, lutando pela Constituição de um Governo de Unidade Revolucionária, apoiado e que apoiasse o Poder Popular, apontando a criação do Exercito Popular Revolu-

nário, fusão organizada dos trabalhadores fardados e não fardados, opondo à via reformista de conciliação de classes e negociações com a contra-revolução a perspectiva da Revolução Socialista.

**Assim, é evidente que a situação que se vivia nas vésperas do 25 de Novembro era uma situação de confronto radicalizado das classes e dos seus representantes políticos e militares**. O perigo que cada vez mais corria o Poder da burguesia e do Imperialismo em Portugal, perigo derivado da organização crescente do Povo trabalhador e dos seus aliados é assim a causa determinante para o golpe militar reaccionário desencadeado, única forma dos exploradores conseguirem sustentar a ofensiva popular, liquidando a possibilidade de

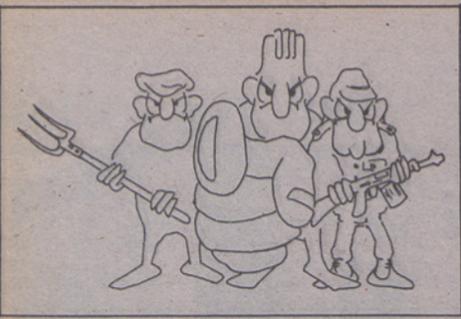
as armas dos soldados serem armas do Povo.

Como causas determinantes para a vitória dos golpistas, há que apontar:

a) **o facto da burguesia ter conseguido unificar-se política e militarmente**, desde fascistas a social-democratas, contra a ameaça revolucionária que a luta do povo trabalhador representava;

b) **o papel desmobilizador, objectivamente contra-revolucionário, que os reformistas do P.C.P. tiveram**, mostrando na prática ao que leva a orientação revisionista e o seguidismo em relação aos interesses externos da U.R.S.S.;

c) **a fraqueza e falta de amadurecimento da linha revolucionária**, incapaz de assumir um papel de direcção na resposta popular e militar ao golpe reaccionário.



## II — UNIDADES IMPLICADAS NO GOLPE REACCIONÁRIO

### R. Comandos

A — O 25 de Novembro não foi o primeiro golpe de direita em que Jaime Neves participou.

Com efeito Jaime Neves estava envolvido no golpe contra-revolucionário do 11 de Março e só a cobertura que lhe foi dada por alguns elementos, entre os quais o próprio Otelo agora preso, o salvaram da espiação das suas responsabilidades no 11 de Março.

Senão vejamos: — o que fazia no R. Comandos o ten. cor. Almeida Bruno durante todo o dia 11 de Março?

Qual o conteúdo dos telefonemas que o mesmo lá recebeu do Gen. Spínola?

Porque é que no dia 11 de Março foram recebidos no Regimento de Comandos telefonemas provenientes de Paris dirigidos a Almeida Bruno?

Qual era o seu conteúdo?

Aliás não foi Spínola que criou o Regimento de Comandos e pôs Jaime Neves no Comando?

B — Otelo salva Jaime Neves pela segunda vez

A imagem propagandeada do Regimento de Comandos como unidade disciplinada é recente.

Não há muito tempo o Regimento de Comandos foi apresentado como unidade indisciplinada e infiltrada pelas organizações de esquerda.

A capacidade de comando de Jaime Neves agora tão louvaminhada, era então altamente contestada.

Assistiu-se então ao seu saneamento por vontade expressa e deliberada da maioria esmagadora dos Comandos.

Em tal alhada valeu-lhe

o Gen. Otelo que o repôs no comando da unidade e sancionou os elementos que mais se haviam destacado na luta contra as posições contra-revolucionárias dentro dos Comandos.

Sendo Jaime Neves tão impulsivo e incisivo, como pode ele manter uma posição de silêncio face a:

— acusação de envolvimento no 11 de Março;

— acusação de ter ligações com o ELP e Spínola através de esboços como Marcelino da Mata e outros;

— acusação de se opor de forma contra-revolucionária às decisões da AMFA.

O seu silêncio só pode ser entendido como justificado em manobra táctica destinada a manter a sua posição até que «melhores dias» surgissem, e só então mostrar a sua verdadeira face.

Isto é, derrotado em 11 de Março, Jaime Neves adoptou a posição táctica mais conveniente para sobreviver, poder voltar a conspirar e desferir o golpe de 25 de Novembro.

C — Jaime Neves, nunca confiou nos Comandos

Ao longo do período que vai de 11 de Março ao 25 de Novembro Jaime Neves jamais confiou nos soldados regulares que tinha sob o seu comando.

Senão vejamos que tropas utilizou ele nas duas mais importantes operações que desenvolveu:

— Na ocupação da 5.ª Divisão utilizou Comandos chegados na véspera de Angola, completamente desorganizados e que tomaram parte na operação iludida com a promessa de 15 dias de férias;

— No 25 de Novembro utilizou os mercenários que, contratados para o AMI, permaneceram no Regimento de Comandos após a dissolução deste.

Por que razão Jaime Neves nunca utilizou nestas operações os cerca de 500 soldados regulares dos Comandos que constituíam os verdadeiros efectivos da unidade?

Não querará isto dizer que Jaime Neves, porque se trata de reprimir o povo, não confiava nos seus soldados e teve de recorrer a mercenários?

D — A primeira rebelião foi a de Jaime Neves

Aquando da criação do AMI por decisão do Conselho da Revolução, Jaime Neves colocou-se fora do comando do Copcon e da RML a quem devia obediência.

Mesmo após a dissolução do AMI, Jaime Neves nunca mais voltou a aceitar ordens do Copcon ou da RML em clara atitude de insubordinação.

E — À margem da hierarquia o Regimento de Comandos reforçou o seu potencial bélico

A partir de fins de Setembro, sob o pretexto de que ia sofrer ataques por parte do Ralis e outras unidades progressistas e com todo o apoio e cobertura dados pelo VI Governo, pelo Primeiro-Ministro e pelo PS, o Regimento de Comandos, para além de se reforçar com os mercenários do AMI, reforça também o seu armamento.

Spínola tinha-o dotado de mais chaimites que todas as outras unidades do País juntas.

Pinheiro de Azevedo, chefe do Governo (poder civil) passando por cima de Otelo, comandante da Região Militar, assina requisições de armamento que em segredo é transferido da EPI (Mafra) e do CIAAC (Cascais) para o Regimento de Comandos.

Por este método Jaime Neves recebe quatro metralhadoras anti-aéreas quadruplas de Cascais e quatro ca-

nhões sem recuo de Mafra.

Porém, também no que respeita a armas, ligeiras, o seu armamento deve ter sido substancialmente aumentado.

Com efeito, não tendo o Regimento de Comandos recebido nenhuma remessa de G-3, através do plano do Copcon de distribuição das armas de Beirolas pelas unidades e tendo visto os seus efectivos duplicar, ainda assim Jaime Neves pôde oferecer ao major Aparício da PSP 1000 G-3.

Esta oferta, efectuada na reunião de 15 para 16 de Novembro, veio a concretizar-se, pois testemunhas oculares viram carinhosas descarregar no Governo Civil caixas de G-3 e HK-21 no dia 25 de Novembro ao princípio da tarde.

F — Uma semana antes do 25 de Novembro o regimento de Comandos apresentou em Beirolas para levantamento imediato uma requisição de grande quantidade de armamento e munições, tais como Bredas, Brenes, Morteiros, Bazooças, Lança Granadas, Foguetes, etc.. Sendo certo que a requisição não foi satisfeita, qual o objectivo de tanto armamento? Que se queria fazer com ele?

G — Retornados recebiam treino no Regimento de Comandos — dezenas de carros de retornados estacionavam diariamente à porta do RC.

H — Associação dos ex-comandos — organização de grupos civis armados às ordens de Jaime Neves.

I — CIAAC reforçou Comandos com uma bateria antes destes saírem para atacar o GDACI.

Armamento fornecido aos Comandos semanas antes do 25 de Novembro.

Reuniões conspirativas contra o V Governo e o Conselho da Revolução da altura.

Indisciplina dos oficiais face ao Comando da Região Militar.

Colocação de bombas por reaccionários para imputar responsabilidades a elementos progressistas.

Ligações a ex-P.I.D.E.e.M. D.L.P. (em averiguação) por parte de oficiais do quadro.

Elaboração de listas de militares progressistas para eliminação.

Impedimento da discussão são ou votação do documento do Copcon.

Boicote ao funcionamento das ADU's

### E.P.C.

Na semana anterior ao 25 de Novembro realizaram-se várias reuniões de carácter conspirativo em casa de oficiais reaccionários.

Na semana imediatamente anterior a Unidade recebeu grande quantidade de munições, que tiveram de ser colocadas numa arcação desportiva, por já não haver espaço para mais. Alguns dias antes do 25 de Novembro chegariam mais jeeps e chaimites.

A repressão sobre os elementos progressistas da Unidade foi uma constante durante as semanas anteriores ao 25 de Novembro, tendo sido também utilizados métodos administrativos (passagem de licenças registadas) para afastar alguns.

Os Comandos da E.P.C. estavam perfeitamente informados de que os fascistas preparavam barragens de estrada em Rio Maior no dia 24, tendo agido de forma cúmplice, nada fazendo em contrário.

Colocação na unidade de elementos ligados ao 11 de Março: 2 capitães que tinham estado presos (Ottubro) e 3 alferes da Academia Militar.

Actuação partidária

Manipulação dos soldados por um elemento, funcionário do P. S. que nas ADU's trazia sempre propostas escritas, provavelmente elaboradas na sede do Partido (em averiguação). Este elemento numa ADU, na presença do General Leão Correia (director da Arma de Cavalaria) afirmou, perante os risos concordantes dos oficiais que o general Otelo

era um General de merda. O director da Arma de Cavalaria respondeu (sic) «O que é que se pode esperar de um general que há poucos meses era major!»

Depois do 25 de Novembro foram saneados à esquerda cerca de 20 soldados e graduados por actuação partidária. O elemento do P. S. mantém-se lá.

P.S.P. e G.N.R.

Armamento reforçado em grande quantidade antes do 25 de Novembro (G3). Isolamento e afastamento

do General Pinto Ferreira, por se opor a esse reforço de armamento.

Comandos paralelos aos legais por elementos reaccionários.

Grande presença de fascistas em postos importantes.

Elaboração do «Plano-Forquilha» com o objectivo de isolar as zonas de Chaves e Vila Real (Chaves era uma Unidade progressista).

R.M. Centro

Infiltração de reaccionários no Quartel General; ameaças constantes de isolamento de Lisboa, bem patentes no plano operacional para as manobras que chegaram a estar marcadas.

Repressão sobre os soldados na maior parte das Unidades que eram comanda-

das por reaccionários.

Aprovação, por manipulação (leitura mais votação) do documento dos Nove em muitas delas.

R.M. Norte

Após o processo de sublevação contra o brigadeiro Corvacho, oficial que apoiava o desenvolvimento da organização popular e o combate aos fascistas do E.L.P., a direita militar im-

pedimento da organização dos soldados.

(Para mais amplos detalhes sobre a preparação do golpe reaccionário na Força Aérea consultar os documentos da Comissão de Vigilância publicados nos jornais dias antes do 25 de Novembro).

De referir e acentuar que a Cortegaça, que era uma base da N. A. T. O. desactivada, foi activada após a nomeação de Pires Veloso para a Região Militar do Porto, tendo sido lá colocados «Fiats» e helicópteros do Montijo e os «parás» do reaccionário coronel Almeida (responsável pelo massacre de Vila Alice, em Luanda).

III — DUAS UNIDADES ACUSADAS DE ESTAREM INTEGRADAS NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

RALIS

1 — É falso que a força do DGafa que ocupou o comando da 1.ª Reg. Aérea tivesse sido apoiada na acção de ocupação por elementos do RALIS. Estes só muito mais tarde (a meio da tarde de 25) foram reforçar os páras e quando já se previa um ataque dos comandos.

Foi só por isso e nessa altura que o maj. Dinis de Almeida lá esteve e não noutra ocasião ou por outra razão.

2 — É verdade que houve degradação do estado disciplinar, por efeito da acção concertada de um conjunto de elementos do Quadro Permanente, sobretudo oficiais que deixavam

de cumprir as suas funções, não davam instrução, nem acompanhavam de perto as suas baterias, tentando criar o caos interno da Unidade.

A esse estado de coisas foi progressivamente sendo posto termo quer através de decisões democráticas nos plenários quer através da acção da Comissão de Soldados, o que levou ao surgimento de uma nova e efectiva disciplina livremente aceite e exercida pelos soldados, mesmo quando certos oficiais tudo faziam no sentido de dar «facilidades», e que ficou bem patente aos olhos de todo o País no dia do juramento de Bandeira da Unidade.

3 — São apresentados como de carácter conspirativo reuniões com civis fora



dos horários normais, inclusive aos Domingos. Ora estas reuniões que eram amplamente convocadas e divulgadas destinavam-se à preparação da Assembleia Popular da zona, a elas tendo mesmo assistido a Imprensa, a Rádio e a TV. Onde está a conspiratividade?

4 — O juramento de bandeira é acusado de «revolucionário». É efectivamente, o que mostra bem qual a «revolução» que o Relatório-Mentira diz servir. O que a direita não quer que os soldados jurem:

— Que são fieis à pátria e dispostos a lutar pela sua liberdade e independência;

— Que com voluntária aceitação da disciplina revolucionária querem estar

sempre ao lado do povo, dos operários, dos camponeses, de todo o povo trabalhador;

— Que estão dispostos a lutar pela democracia e pelo Poder para o povo e pela vitória da Revolução Socialista!

5 — Os actos do Governo e do C. R. contestados foram:

— O atentado bombista à R. R.

— A criação do AMI

— A tentativa de demissão de Otelo

— A tentativa de dissolução da BETP

Em todos estavam em questão militares, em todos estava em questão o povo.

6 — As ligações rádios com organizações civis exis-

tiam, mas apenas com o Secretariado da Assembleia Popular e visavam o esclarecimento dos trabalhadores nas instalações desta, evitando a aglomeração de civis frente à Unidade.

7 — Nem uma arma foi distribuída a civis durante os acontecimentos do 25 de Novembro.

8 — A «tentativa de um novo esforço na noite de 25 de Novembro» destinava-se a impedir ou neutralizar o assalto dos Comandos ao GDACI

1. RELATÓRIO SOBRE A ACCÇÃO DOS REACCIONÁRIOS NO RALIS

a) Causas próximas

1 — De carácter militar. Degradação progressiva do estado disciplinar e de operacionalidade da Unidade pela acção concertada e sistemática de (sobretudo) oficiais do Q. P. que abandalhavam a instrução, facilitavam o absentismo e boicotavam reuniões da ADU e os Plenários da Unidade.

— Tentativa de criação de mal estar sobre as praças pelo abandalhamento dos serviços internos da Unidade e nomeadamente o fornecimento de comida de má qualidade, na mira de provocar acções colectivas que pusessem em causa o Comando e a imagem da Unidade.

— Actuação hipócrita e premeditada desses mesmos oficiais em Plenário onde votavam com a maioria esmagadora ou mesmo por unanimidade todas as posições agora apelidadas de «actos de indisciplina».

2. ACTOS PREPARATÓRIOS

a) Factos provados

1. De carácter militar

— Chegada à Unidade na noite de 24/25 de vários oficiais do Q. P. que normalmente lá não dormiam e que fizeram vários contactos com o exterior através do telefone e de saídas em carro próprio.

— Realização de várias reuniões à margem do comando entre oficiais do Q. P.

Continua na pág. 6

Poder Popular

6 — Poder Popular

# RALIS (cont.)

## 2. De carácter militar-civil

— Fornecimento de informação à população contraditória com as dadas através do canal de Comando o que provocou desorientação e agitação na população que se aglomerou frente à Unidade.

### b) Diligências em curso

— Ligações com unidades que participaram no golpe contra-revolucionário

## 3. ACCÇÕES DESENVOLVIDAS

### a) Factos provados

#### 1. De natureza militar

— Montagem de dispositivo no interior para controlo da movimentação e telefonemas de todos os militares da unidade.

— Recepção na noite de 25/26 de telefonemas do capitão Sousa e Castro por

oficiais do Q. P.

— Elaboração de lista de oficiais, sargentos e praças progressistas a sanear

— Imposição ao Comandante do saneamento de oficiais, sargentos e praças progressistas

— Ligação permanente com o posto de comando na Amadora

— Sabotagem nas noites de 24/25 e 25/26 de viaturas e material militar, nomeadamente auto-obuses.

— Armamento de todos os conspiradores, até então desarmados (pelo menos aparentemente) após a saída do maj. Dinis de Almeida para Belém.

### b) Diligências em curso

— Averiguação da existência de um plano para eliminação física dos elementos progressistas.

— Averiguação da organização dos actos de sabotagem de material de guerra

— Averiguação das escutas telefónicas e das ligações rádio.

# R. Polícia Militar

## 1. CAUSAS PRÓXIMAS

Factos «provados» no Relatório-Mentira.

### 1. DE CARÁCTER MILITAR

— Indisciplina generalizada na unidade e subversão da hierarquia.

Se houve alguém que pode ser responsável por actos de indisciplina não são certamente os soldados mas os oficiais e sargentos reacionários que não cumprido as determinações do comando nem dando o seu melhor contributo para o bom andamento da Unidade, não só descarregavam sobre o comando a resolução dos assuntos mais banais como pura e simplesmente atiravam para o esquecimento a resolução dos assuntos mais prementes.

Deste modo, não dando a devida atenção aos problemas dos soldados levaram estes a, em íntima ligação com o comando, tomarem nas suas mãos a resolução dos seus problemas.

Consequentemente se foi forjando na Unidade um estado de espírito em que o comando, os oficiais e sargentos progressistas e as praças comungavam dos mesmos interesses e em que a disciplina autoritária, a única que os elementos reacionários são capazes de compreender, foi progressivamente substituída pela disciplina auto-consentida baseada na compreensão e não na imposição.

## 8—Poder Popular

Assim se compreende que a PM seja agora acusada de subversão da hierarquia pois que a íntima ligação existente entre todos os elementos do RPM não se compadecia com a hierarquia militarista reacionária que impõe uma separação artificial e burocrática entre os comandos e as praças.

— Abuso de plenários para discussão de ordens recebidas e sua contestação com o apoio do comando.

Visto que a disciplina era consentida, o bom cumprimento das ordens estava forçosamente ligado à sua compreensão, tinha de ser um acto consciente. Isso exigia informação prévia, o mais exacta e clara possível, o que aliás o comando sempre que solicitado nunca recusou. Por isso podemos dizer que terá sido o RPM uma das Unidades onde se conseguiu uma verdadeira Unidade de comando em que os soldados não eram considerados simples máquinas de obedecer mas seres humanos e inteligentes.

Quando a ter havido abuso de plenário só poderá fazer essa acusação quem não deseja plenários nenhuns, pois no RPM quando os problemas não eram resolvidos pelo comando, eram-no na ADU quinzenal e só tinham lugar plenários quando a ADU ou o comando consideravam o problema a resolver ser de implicação directa e grave para



toda a unidade.

Quando a ter havido contestação de ordens recebidas tal é um facto. Quais foram essas ordens?

— Embarque para Angola de Companhias de Polícia Militar

Porque razão se tentam atirar as culpas para cima do comando do RPM ou para cima dos soldados pelo facto de as companhias se recusarem a embarcar, se os oficiais e sargentos que normalmente seriam nomeados para essas companhias utilizavam todos os meios ao seu alcance para evitar a respectiva nomeação? Lógico era portanto que os soldados demonstrassem claramente a sua vontade em não embarcar e mais lógico era que o comando se recusasse a fazer embarcar pela força as Companhias.

— Mas a recusa de embarcar era uma decisão justa. Este facto não pode ser analisado em si, deve sim ser enquadrado no contexto global em que se deu a recusa e factos que a motivaram.

Vejamos alguns antecedentes:

a) Existia no RPM uma companhia, há vários meses, preparada para embarcar. Essa companhia foi desnomeada e em sua substituição foi nomeada uma outra recém formada.

b) Houve manobras várias de oficiais que deviam ser nomeados para essas companhias o que levou a que só poucos dias antes do embarque estivessem no

meados os respectivos comandantes. O mesmo se passou em relação aos 1.ºs sargentos.

c) Ausência de explicação válida sobre a necessidade de embarque das Companhias.

O embarque não se chegou a efectivar e não se notaram reflexos no modo como se processou a descolonização de Angola antes e depois de Ago. 75.

d) Os soldados defenderam os seus interesses recusaram-se a embarcar em bloco puxando para o seu lado todo o Regimento. E isso correspondia a um sentimento generalizado de todo o povo trabalhador português que declaradamente apoiou essa luta dos soldados da PM. Sentia que os soldados não iam a Angola fazer nada pois os comandos, representantes do Governo de Lisboa não davam confiança suficiente de uma acção que defendesse os interesses do povo angolano, sob direcção da sua vanguarda organizada, o MPLA.

No interior do RPM, aproveitando esta movimentação a organização contra-revolucionária RPAC desencadeia um conjunto de acções que vêm culminar na convocação de um Plenário para o qual foram convidados sindicatos e Comissões afectas àquele Movimento e ao MRPP. Este Plenário foi contestado no dia seguinte com base na ingerência de civis em assuntos militares procedendo-se en-

tão a uma tentativa de reestruturação do Regimento.

## 2. DE CARÁCTER CIVIL-MILITAR

— Participação de civis (CM e CT) nos Plenários de Unidade, incluindo direito a voto.

A participação de civis em plenários da Unidade com direito a voto aconteceu apenas por altura da recusa do embarque, pois que a Comissão de Luta das Companhias mobilizadas convocou um plenário e convidou vários sindicatos e Comissões.

Neste plenário, manobras políticas bem determinadas, e logo denunciadas pelo Comando, dão uma feição partidária ao Plenário, acabando por conceder o direito a voto aos civis.

As decisões aprovadas neste Plenário são anuladas em seguida.

Note-se, no entanto, que a presença de civis nas ADU's sempre foi uma constante pois que nunca se recusou a possibilidade de os moradores e trabalhadores, através das respectivas Comissões, participarem aos seus irmãos fardados quais os seus problemas em ordem a conjuntamente se encontrar a solução mais justa.

— Participação em manifestações de rua

A partir do 25 de Abril de 1974 as forças paramilitares com longa tradição

repressiva foram atiradas para dentro dos seus quartéis encarregando-se desde essa altura as forças militares da manutenção da ordem pública.

O desempenho dessa missão passava pela presença de forças militares nas manifestações públicas a fim de impedir e prevenir possíveis desmandos vindos de provocadores infiltrados no seio dos trabalhadores.

A força militar que estava mais bem apetrechada para esse efeito era a Polícia Militar. Eis, pois, que se encontra a Polícia Militar em manifestações do PS, PPD, PCP, UDP, FUR, MRPP, CT's, CM's e outras organizações unitárias populares.

Em todas. Não estavam no Consulado e Embaixada de Espanha pois para essa tinha sido nomeada a PSP e foi depois chamado o Regimento de Comandos que só muito mais tarde apareceu.

Estavam na do Terreiro do Paço onde se provou não ter sido a PM que lançou as granadas, onde se provou que provocadores infiltrados no seio da multidão iniciaram o conflito. Só não se provou que a PM não tivesse atirado pois ela atirou. Atirou, mas nunca matou, nem nunca feriu! «Disciplinadamente» a GNR, PSP e Comandos atiram e matam!

E como estas forças são «disciplinadas», ao atirar a matar foi em cumprimento de ordens. O povo trabalhador exige saber quem deu tais ordens!

— Posições de contestação frequente e notória aos poderes constituídos.

E verdade que se procedeu à contestação dos poderes constituídos mas em alturas muito concretas e determinadas:

— Destruição da Rádio Renascença.

— Afastamento do gen. Oтело.

E essa contestação não foi isolada. Todo o povo trabalhador levantou em uníssono contra esses ataques que lhe eram dirigidos. Os soldados da PM não podiam pactuar com tais crimes e manobras que só podiam significar um profundo ataque às conquistas que os trabalhadores tinham conseguido depois do 25 de Abril.

## — Desvio de 100 G-3 em Setembro

Na altura em que se procedia à reestruturação do RPM, a fim de melhorar as condições internas da Unidade, depois do processo de recusa de embarque das Companhias para Angola, eis que surge a lume a notícia do desvio de armas do RPM.

Além da confissão pública feita pelo capitão Fernandes do COPCON, responsabilizando-se pelo desvio das armas, há talvez a perguntar:

Se o major Tomé afirma que recebeu e entregou as armas ao capitão Fernandes, assinando o respectivo documento, quem foi, perguntou também o major Tomé num dos últimos plenários do RPM, que nesse documento riscou «COP-CON (local de destino das armas segundo o exemplar na sua posse) e substituiu por «Regimento de Polícia Militar» (local de destino das armas segundo o exemplar existente no processo de desvio das armas).

**— Introdução de tiro dada na Unidade a civis**

Desconhece-se o facto de alguma vez terem civis recebido instrução de tiro na

Unidade.

No caso, porém, de isso acontecer pode-se afirmar que seria legítimo, em face do «documento-guia da aliança Povo-MFA» aprovado numa assembleia do MFA, defender a possibilidade de existência de milícias populares.

E o facto de não ter sido possível dar intrusão militar aos trabalhadores não é só por si uma explicação importante para a derrota sofrida em 25 de Novembro? A classe operária e os seus aliados só pela força conseguirão libertar-se do jugo a que a burguesia os submete também pela força. **Ao exército de classe da burguesia devemos opor o exército de classe do proletariado.**

**— Torturas e sevícias**

a) Presos civis.  
A ausência de actuação

por parte da PSP em relação ao jogo, droga e prostituição atirou para a PM o desempenho de uma função que não lhe compete.

Esta função, se por um lado tinha o aspecto agradável de contribuir em algo para a segurança do povo trabalhador, acarretou para os militares da PM riscos físicos que alguns deles não encaravam com a serenidade necessária.

Isso mesmo foi assunto de um dos últimos plenários realizados no RPM onde, por parte do Comando da Unidade, foi recusada a legitimidade de procedimentos inadequados, havendo nessa altura uma declaração de que estava em curso um inquérito acerca de alegadas sevícias.

Em todo o caso perguntar-se: não são os oficiais de dia responsáveis pelos acontecimentos que decorrem nas unidades? Muitos dos que agora acham correcto o inquérito às torturas foram oficiais de dia no RPM e deviam ter conhecimento destas, caso elas existissem.

Algumas vezes as denunciaram ao Comando da Unidade?

Ou antes achavam correcto sovar, e não torturar, alguns presos a fim de estes se «corrigirem»? Talvez fosse este o caso.

**b) Presos «políticos»**

O único preso «político» de que se tinha conhecimento no RPM foi um mercenário da FNLA, preso por engajamento de mercenários.

**3. DE CARÁCTER PARTIDÁRIO**

**— Permanência pessoal da Unidade com uma viatura militar, a título voluntário, nos emissores da**

**Rádio Renascença na Buraca após estes serem selados.**

Não é verdade que a título voluntário estivesse pessoal da Unidade com uma viatura militar na Buraca.

A verdade é que foi dada ordem às rondas da PM para passarem de tempos a tempos na Buraca para verificar se tudo estava normal e impedir que o ELP e MDLP ou outras forças reaccionárias tentassem destruir o emissor. De facto assim aconteceu. O Conselho da Contra-Revolução mandou dinamitar as antenas e conseguiu a PM evitá-lo.

**Utilização de viaturas da Unidade em serviço da UDP; cedência de um «Rascal» ao PRP/BR.**

Desconhece-se a utilização de viaturas militares por elementos civis, assim como a cedência de material militar a organizações políticas.

É, no entanto, verdade que as comissões de trabalhadores e moradores sempre tiveram por parte do RPM o melhor acolhimento em ordem a prestar-lhes toda a colaboração necessária sempre que possível. Que o digam as comissões de moradores e trabalhadores da Ajuda e outras que ao RPM se dirigiram.

**— Reunião de dirigentes políticos no RPM**

Se é verdade que algumas vezes se viram dirigentes políticos da esquerda no RPM, o menos que se pode afirmar é que não era certamente com intuídos «conspirativos» ou «golpistas» já que tais encontros sempre se realizaram às claras, aliás em sítio para onde mil olhos e ouvidos atentos estavam permanentemente sintonizados.



**ELP e MDLP** — Atentados terroristas para criar clima de insegurança ao nível de massas e gerar sentimento de «necessidade de ordem e disciplina».

— Cartas enviadas para Unidades Militares com apelos ao golpe reaccionário (poucos dias antes do 25 de Novembro)

— Papel importante na agitação de agricultores a Norte (infiltrações, manipulação e utilização de caciques locais)

— Ligação em muitas Unidades com oficiais e sargentos reaccionários.

— Trabalho em ligação com organizações fascistas estrangeiras.

**CDS** — Papel importante na agitação de agricultores e sua manipulação.

— Propaganda nacional contra-revolucionária e ferozmente anticomunista.

— Fomento de um clima de tensão pelo lançamento de calúnias de que «os comunistas se preparavam para tomar o poder».

— Ligação em muitas unidades com oficiais e sargentos reaccionários.

— Ataques ao MFA e aos elementos progressistas do Conselho da Revolução.

— Ligação com as centrais imperialistas,

fundamentalmente EUA e «Cristãos-Democratas» alemães.

**PPD** — Conjuntamente com ELP e CDS tem papel importante na manipulação dos agricultores.

— Realização de uma manifestação contra revolucionária em vários pontos do País.

— Incitamento à guerra civil e ao armamento da burguesia.

— Ameaças de divisão do País ao meio pela passagem para o Norte dos órgãos supremos do poder.

— Propaganda nacional contra-revolucionária e ferozmente anticomunista.

— Fomento de um clima de tensão pelo lançamento de calúnias sobre os oficiais progressistas e revolucionários.

— Ligações com o imperialismo americano.

— Participação na manobra do VI Governo de suspensão das suas actividades e apelo ao golpe.

**PS** — Ligações com as centrais imperialistas, fundamentalmente com o Partido Social-Democrata Alemão.

— Aliança com os fascistas na base do anticomunismo.

— Fomento de um clima de tensão pelo

lançamento de calúnias de que «os comunistas se preparavam para tomar o poder».

— Ligações com alguns oficiais e sargentos reaccionários em algumas unidades.

— Ataques ao MFA e aos elementos progressistas do Conselho da Revolução.

— Ataques às unidades progressistas e lançamento de calúnias sobre os oficiais progressistas e revolucionários.

— Ameaças de divisão do País ao meio pela passagem para o Norte

dos órgãos supremos do poder.

— Realização de manifestações contra-revolucionárias em vários pontos do País.

— Participação em manobras do VI Governo de suspensão das suas actividades e apelo ao golpe.

**CIA** — Ligação com as organizações terroristas ELP e MDLP e com os partidos burgueses (apoio político e financeiro).

— Actividade de infiltração em organizações

esquerdistas.

— Visita de Carlucci ao Norte com contactos com oficiais reaccionários dias antes do 25 de Novembro.

— Influência no clima internacional de isolamento e estrangulamento do processo revolucionário português.

— Contactos com oficiais reaccionários.

— apoio à montagem de centrais de escuta telefónica.

**MRPP** — Acção sistemática de provocação e de calúnia sobre os oficiais progressistas e re-

volucionários.

— Propaganda contra-revolucionária

— «Infiltração nas Forças Armadas (o exemplo do major Aventino é elucidativo: este oficial foi dos que mais rapidamente alinhou com os fascistas na caça aos revolucionários).

— Escutas telefónicas e denúncias aos reaccionários de elementos progressistas.

— Cobertura e apadrinhamento desde fascistas como Galvão de Melo até aos sociais democratas do PS.

## IV — ORGANISMOS CIVIS IMPLICADOS NO GOLPE REACCIONÁRIO





# V-ORGANISMOS CIVIS ACUSADOS DE INTEGRAÇÃO NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

**V-Papel dos Partidos e Organizações de Esquerda no 25 de Novembro.**

a) **P.C.P.** — Como já vimos, ao P.C.P. cabem importantes responsabilidades na derrota sofrida pelo povo trabalhador e pelas forças populares no 25 de Novembro. O comportamento deste partido tem de ser compreendido à luz da análise dos limites da linha revisionista, da crise do reformismo, que o processo político português mostrou à evidência. Perante o isolamento a que os seus aliados preferenciais (os reformistas sociais-democratas) o votaram cada vez mais, o P.C.P. só aparentemente renegava essa aliança, só aparentemente procurava juntar-se à esquerda revolucionária. A sua presença na F.U.R. mostrou claramente que o objectivo pretendido era fundamentalmente o de conseguir agarrar as organizações revolucionárias à sua perspectiva de negociação e conciliação com a social-democracia civil e militar,

o que não aconteceu, acabando por ser expulso da Frente quase imediatamente a seguir à sua criação. Tendo fracassado a sua tentativa de utilizar o peso da aparente unidade com os revolucionários para a sua política de negociação e conciliação, o P.C.P. não desistiu do objectivo central da sua estratégia, escolhendo a radicalização da luta de massas como forma de pressionar os sociais-democratas a aceitarem a aliança. «Mais revolucionários para o Conselho da Revolução» e «P.P.D. fora do Governo» eram as palavras de ordem que representavam os objectivos imediatos do P.C.P., a sua plataforma para a aliança que procurava. Ao incentivar movimentações na esfera militar que buscavam o aumento da pressão para chegar ao compromisso, o P.C.P. mostrou à evidência a natureza aventureira da sua tática direita, pois face à colagem imediata na acção militar que os fascistas e os sociais democratas

fizeram no 25 de Novembro, o P.C.P. vendo derrotada a sua manobra, recuou em debandada, desmobilizou as massas populares, abriu o campo à derrota dos trabalhadores. Os revolucionários não acusam o P.C.P. de não ter feito a Revolução pois tinham clara consciência de que a linha revisionista não conduziria nunca os trabalhadores ao Poder. Os revolucionários não acusam o P.C.P. de não ter sido «consequentemente golpista», pois eles sempre negaram que a tática do P.C.P. fosse a de se apoderar do Poder. Para os revolucionários a hipótese de uma ditadura do P.C.P. em Portugal (o perigo do «social-fascismo» tão apregoado pelos esquerdistas) não se punha, não passava pela estratégia soviética para a Europa.

**O que os revolucionários acusam o P.C.P. é de ter levado tão longe a sua estratégia de conciliação e negociação por meio de uma tática aventureira e liquidacionista, que abriu o campo aos**

**fascistas para neste momento ameaçarem seriamente a classe operária e o povo trabalhador portugueses.**

Deve portanto ficar claro que é falso que o P.C.P. estivesse implicado num «Golpe» ou numa «Conjura» em 25 de Novembro. Considerar como o faz o Relatório-Mentira que a actuação do P.C.P. antes e no 25 de Novembro provia implicações num «golpe» ou numa «conjura» é uma manobra política da direita mais reaccionária para poder ter esse partido como seu refém (o que parece estar a conseguir). A actuação do P.C.P. em relação ao 25 de Novembro é tão golpista como em relação ao Conselho da Revolução e ao VI Governo, como o foi a actuação do P.S. e dos Nove em relação ao V Governo e ao Conselho da Revolução na preparação da Assembleia de Tancos (que como é evidente não está nem nunca esteve sujeita a qualquer inquérito...)

b) **MES** — Como é fácil de constatar nos próprios factos e acontecimentos ao MES cabe apenas uma grande responsabilidade: **o seu compromisso real e permanente com a classe operária, as massas trabalhadoras e os seus interesses.** Os trabalhadores não fazem «golpes», tomam o poder à burguesia. Logo o MES não promove «golpes», apenas cumpre as tarefas essenciais de uma organização comunista, lutando pela tomada do Poder pelos trabalhadores e pela instauração da ditadura do proletariado. **Evidentemente que o M.E.S. esteve presente no terreno da luta no decurso do golpe de direita operado em 25 de Novembro.** Tentativas de combate ao avanço dos fascistas, só não as concretizaram partidos que não são revolucionários e, muito menos, comunistas.

c) **FUR** — Amplamente citada no Relatório-Mentira como se de uma organização unida e coesa se tratasse, a verdade é que a F.U.R. não teve pa-

pel relevante no combate ao golpe reaccionário pois desde bastante tempo antes que se encontrava fortemente dividida e paralisada devido a contradições internas graves entre as posições revolucionárias defendidas pelo MES/PRP/FSP e as posições reformistas apoiadas pelo MDP/LCI/LUAR.

**O Relatório-Mentira** aponta esta organização como envolvida na pseudo-conjura. Fala mesmo em linha PCP/FUR/UDP, o que é a demonstração cabal da intenção de ataque a toda a esquerda que presidiu à sua elaboração. É evidente que a Comissão do Inquérito-Mentira não pode ser tão cretina que desconheça as contradições importantes que existem entre estas tres componentes.

d) **UDP** — Durante os acontecimentos do 25 de Novembro limitou-se a apoiar a luta dos pára-quedistas, insistindo fundamentalmente no apelo contra a guerra civil.



## 1. Introdução

Na manhã de 3.ª feira, dia 25, Costa Gomes assume o comando directo de todas as operações militares e das unidades da Região Militar de Lisboa.

E a partir desta altura que a direita militar desencadeará o golpe reaccionário a pretexto da neutralização dos «revoltosos contra-revolucionários».

Criadas como já vimos as condições julgadas suficientes para o seu desencadear, a direita militar, ultrapassando no terreno as intenções «moderadas» do Presidente da República e dos «Nove», jogando como certo com o dado de que o PCP faria tudo o que pu-

desse para evitar o contronito, inicia a ofensiva militar através do posto de Comandos da Amadora e consegue o «impossível».

— partindo de uma situação claramente desfavorável do ponto de vista militar, pelo menos na Região Militar de Lisboa;

— servindo-se quase exclusivamente de uma unidade — os Comandos — a única com que podia contar para acções ofensivas, e que, no caso de estar em execução o golpe que as unidades de esquerda são acusadas, teria sido, evidentemente, o primeiro objectivo a neutralizar;

— não dispendo das Forças Armadas (navais e

## VI — DESENROLAR DO GOLPE REACCIONÁRIO

terrestres).

— tendo a eficácia da Força Aérea reduzida à base de Cortegaça (que as unidades acusadas no relatório-MENTIRA não neutralizaram — procedimento incompreensível em caso de golpe); pois, lutando contra todas estas dificuldades os Comandos da Amadora desmantelam, uma a uma, as ditas «unidades golpistas» e «recolocam o processo revolucionário no seu novo curso» rumo ao fascismo.

Isto, é claro, só foi possível porque, de facto, a esquerda, militar ou civil, não tinha, nunca teve, qualquer golpe planeado e muito menos em execução. A ocupação das Bases Aéreas pelos Páras não foi mais que a resposta às provocações dos comandos reaccionários da Força Aérea que culminaram com a decisão de dissolver a Base Es-

cola de Tropas Pára-quedistas de Tancos, confirmada pelo Conselho da Revolução na sua reunião de 24/25 de Novembro.

Esta resposta serviu de pretexto ao accionar de um golpe de direita para o qual estava já preparado um Posto de Comando, um plano minucioso e forças militares e civis aptas a intervir. Daí a desproporção ridícula entre o pretexto e os resultados obtidos pelas forças de direita. Desproporção esta que o relatório-MENTIRA faz possível por disfarçar recuando substancialmente em relação ao tom dos comunicados vindos a público em plena «crise».

**2. Acções desenvolvidas**  
Depois de o VI Governo suspender a sua actividade; depois do accionar das movimentações de Rio Maior na noite de 24 de Novembro,

provocação grosseira preparada com antecedência; depois de fazer confirmar na sessão do Conselho da Revolução, na mesma noite, a nomeação de Vasco Lourenço para o Comando da Região Militar de Lisboa e consequente afastamento de Otelo e a dissolução do B. E. T. P., a direita, servindo-se do pretexto da ocupação das Bases Aéreas que tinha deliberadamente provocado, dá início ao golpe, ao seu golpe, o único que existiu.

Apesar de, ao princípio da tarde de 3.ª feira, dia 25, o comandante da BETP ter garantido telefonicamente para Belém a fidelidade da sua unidade ao Presidente da República, só não aceitando o manifestamente reaccionário e provocatório comando da Força Aérea, às 16 h e 30 m, por pressão da direita militar, é decreta-

do o estado de emergência na área de Lisboa por nota oficiosa do EMGFA que torna público que o Presidente da República assumiu o Comando directo das Unidades da RML e cerca das 17 horas o Posto de Comando da Amadora inicia as operações militares golpistas fazendo sair os comandos para Monsanto. Trinta e seis chaimites que desde a véspera só esperavam luz verde para sair, investem contra o Comando da 1.ª Região Aérea. Dispersando populares a tiro e granadas, valendo-se da desproporção enorme de efectivos, os comandos ocupam o Comando da 1.ª Região Aérea e o GDACI às 19 horas e 15 m. Estava desencadeado o golpe.

As 20.45 h. a Emissora Nacional passa a transmitir do Porto. Pouco tempo depois é cortada a emissão

da televisão de Lisboa, que passa também a transmitir do Porto. Às 22,10 h. o RCP é forçado a cessar a sua emissão. No dia seguinte, 26, seria proibida a publicação de jornais na RML. Esta é outra faceta do golpe reaccionário, pois era essencial para o seu êxito silenciar os órgãos de Informação, não controlados pela direita, por duas razões:

1.º — Porque impediriam, certamente, a criação pelas notas officiosas, do ambiente artificial que as mesmas forjaram, utilizando as conhecidas técnicas de contra-Infomação e ao mesmo tempo desmascarando facilmente junto dos trabalhadores a enorme mentira com que tentaram imobilizá-los, fazendo-os crer que as operações militares golpistas da direita visavam a neutralização de um «golpe contra-revolucionário» desencadeado pela esquerda...

Cabe papel importante neste aspecto ao tenente-coronel Ferreira da Cunha, secretário de Estado da Comunicação Social do VI Governo e «competente» técnico de acção psicológica no tempo do regime colonial-fascista.

2.º — Porque o silenciamento desses órgãos de Informação seria, como foi, o primeiro passo para acusações de comportamento no golpe fantasma que permitiriam numa fase posterior o controlo pela direita dos mesmos.

Também neste ponto se vê claramente que se tivesse existido qualquer tentativa de golpe, rebelião ou conjura por parte da esquerda, um dos objectivos principais seria assegurar o controlo dos meios de comuni-

cação, TV e Rádio — postos emissores e antenas — o que não aconteceu.

Assim, com o ambiente de insegurança, tensão e desinfortunio criados pelos acontecimentos de Rio Maior, pela suspensão de actividades do VI Governo e da Assembleia Constituinte (qualquer deles por declarar não existirem condições para o seu funcionamento) e pelo silêncio dos órgãos de Informação e vasta campanha de contra-Infomação realizada pela direita através das notas officiosas e pela declaração de estado de emergência e, horas mais tarde, do estado de sítio; com a transferência para a Base de Cortegaça, protegida por tropas do RCP, de aviões da FA; com a tomada do comando da 1.ª Região Aérea pelos homens de Jaime Neves; a direita militar composta em grande parte por militares saneados e fascistas, reforçou os seus poderes e tornou-se praticamente incontrolável e incontrolada pelas forças «moderadas» — PR e grupo dos «Novos» — fazendo as suas exigências e tomando as suas decisões no campo das operações militares, tornando impossíveis os compromissos que essas forças sociais-democratas, vendo o processo escapar-se-lhes das mãos, ainda tentavam efectuar.

Na madrugada do dia 26 começa o desmantelamento sistemático das unidades do exército da RML que durante todo o processo revolucionário se mostraram de uma forma clara ao lado dos trabalhadores e que se recusaram a reprimir as suas lutas, retirando assim grande parte da eficácia às

medidas antipopulares tomadas pelo poder burguês.

Mais uma vez com o pretexto de comprometimento com o golpe-fantasma são exigidas declarações de fidelidade dessas unidades ao Presidente da República e mandados apresentar em Belém os seus comandos.

Nenhuma das unidades contactadas — BETP, RALIS, DGMG, RPM, EPAM, RAC, DFA, RE1, EPSM, etc. — recusou declarações de fidelidade.

Dinis de Almeida, do RALIS, apresentou-se em Belém na madrugada de 26 e a sua ordem de apresentação foi convertida em voz de prisão por exigência da direita militar que fez constar ter o mesmo confessado a sua implicação no «golpe», o que é totalmente falso e bem revetedor dos processos usados.

O comando do RPM — major Campos Andrade, Tomé e Cuco Rosa — ao informar os soldados do regimento para o efeito reunidos na parada do desenrolar dos acontecimentos, foi surpreendido com o ataque frontal dos comandos que, se não fez mais vítimas, isso deveu-se à determinação e disciplina revolucionária dos militares da PM que prontamente acataram a ordem de cessar-fogo dada pelo 2.º comandante, major Tomé.

Ordem de apresentação e posteriormente de prisão receberam também comandantes de outras unidades — major Borrega (RAC — Oeiras) e capitão de Artilharia Luz (Destacamento do Forte de Almada) — depois de expressamente terem declarado a sua fidelidade ao Presidente da República.

Ainda no dia 26 uma coluna de blindados da EPC ocupa o DGMG em Beiro-las e outra coluna do RC de Estremoz reforça o RI de Setúbal.

O golpe de direita continua a desenvolver-se de acordo com as directivas do Posto de Comando da Amadora onde se fez sentir de uma maneira cada vez mais marcada a influência e a força da direita militar fascista.

Elaboraram-se longas listas de militares a prender com acusações de implicação no golpe-fantasma ao abrigo das quais são presos e perseguidos quase todos os militares que mais se tinham distinguido pelas suas posições progressistas e revolucionárias.

O Copcon é tomado e integrado no EMGFA; o SDCI é extinto; as unidades acusadas de implicação no golpe-fantasma (principais alvos do golpe de direita) são desmanteladas e passada à disponibilidade a quase totalidade dos seus efectivos (praças e milicianos); Otelo, Fábão, Rosa Coutinho, Contreiras, são afastados do Conselho da Revolução e dos cargos que exerciam; Fábão é substituído por Ramalho Eanes no EME; Filgueiras Soares é substituído por S. Cruz no EMA. No dia 27 a direita militar tenta a todo o custo provocar a confrontação com os Páras que, entretanto, tinham abandonado as Bases Aéreas ocupadas e continuavam a resistir heroicamente em Tancos. Esta confrontação só é evitada porque os pára-quedistas reconheceram a inutilidade do seu sacrifício e as consequências desastrosas de uma eventual vitória mili-



tar da direita num confronto para o qual teriam de reunir ainda mais meios e acionar ainda mais forças que depois seriam utilizadas pelos homens do Posto de Comando da Amadora (Firmino Miguel, Ramalho Eanes, Correia dos Santos, Trindade, etc.) para uma mais brutal repressão sobre as classes trabalhadoras.

Com a desactivação da BETP estava concluída a parte militar do golpe reac-

cionário. Cabe a partir desta altura à direita a exploração da sua vitória e o atingir do seu objectivo fundamental: garantir as condições necessárias para a continuação e agravamento da exploração das classes trabalhadoras.

Nesse sentido é significativa a alocação do Primeiro-Ministro na 6.ª feira, dia 28, em que este considerou reunidas as condições para o VI Governo retomar a sua actividade.

## VII — CONCLUSÕES

forças imperialistas que através das suas centrais especializadas de espionagem e intervenção, beneficiaram do apoio e cobertura das suas embaixadas e da passividade cúmplice das autoridades portuguesas.

A classe operária, os camponeses, todos os explorados e oprimidos não-de um dia julgar todos os responsáveis pelo golpe reaccionário, não hesitando em responsabilizar também as forças reformistas sobretudo o PCP, que com a sua política oportunista só aparentemente ofensiva, não só abriu as portas aos golpistas como recusou mobilizar as massas populares para enfrentar os reaccionários.

### 2. OBJECTIVOS DO GOLPE

O golpe reaccionário de 25 de Novembro teve como objectivos fundamentais, à volta dos quais todas as forças contra-revolucionárias se uniram:

a) A eliminação das unidades militares progressistas que a luta dos soldados e oficiais revolucionários haviam colocado ao serviço do povo trabalhador.

b) A substituição dos comandos progressistas por oficiais reaccionários militaristas capazes de, pela repressão, revitalizarem o RDM fascista e devol-

verem ao conjunto das Forças Armadas as suas características de classe, ao serviço da burguesia e do imperialismo.

c) A expulsão do Conselho da Revolução dos oficiais progressistas que apesar da Assembleia Golpista de Tancos ainda aí permaneciam.

## Poder Popular

6 meses 100\$00 ☐ 12 meses 200\$00 ☐  
apoi 400 \$ 00 ☐  
estrangeiro Europa 500\$00 ☐

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Localidade \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_  
jornal semanal — todas as 4.ª feiras  
Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista  
Administração — Redacção Av. D. Carlos I - 128, Lisboa telefone 66 26 83  
Composição e impressão Renascença Gráfica SARL Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa



### 1. NATUREZA DO GOLPE

Em 25 de Novembro de 1975, apoiado por todas as forças da burguesia, do ELP-MDLP ao PS e grupo dos 9, passando pelo CDS, PPD, e MRPP foi accionado a partir do posto de comando da Amadora um plano militar previamente preparado e que apenas necessitava de um pretexto (que a movimentação dos paraquedistas forneceu).

Esse plano político-militar pode ser definido com exactidão como sendo um golpe reaccionário destinado a inverter o curso do processo político português.

Assim, é inteiramente falso e totalmente absurdo considerar que no 25 de Novembro houve uma tentativa de golpe da esquerda ou da esquerda revolucionária. Em 25 de Novembro, golpe só houve um, o da direita e mais nenhum!

Na preparação do golpe reaccionário de 25 de Novembro estão também comprometidas as

## Conclusões (cont.)

d) A dissolução do Copcon, órgão-político-militar que cada vez servia menos os objectivos da repressão e intimidação sobre as massas populares e que pelo contrário tomava progressivamente posições mais claras ao lado da luta pelo Poder Popular e pelo socialismo.

e) A eliminação política de Otelo Saraiva de Carvalho, personagem que apesar das suas hesitações em momentos cruciais, era demasiado incómodo para as aspirações burguesas e imperialistas.

f) O reforço imediato do Governo antipopular de Pinheiro de Azevedo, assente na demagogia e

no anticomunismo.

g) A colocação de Portugal nas garras do Imperialismo.

h) A eliminação do papel progressista de alguns órgãos de informação nacionalizados, pela sua entrega a agentes da burguesia e pelo afastamento das redacções dos jornalistas e locutores empenhados no avanço do processo revolucionário.

i) A suspensão unilateral da contratação colectiva, medida destinada a fazer cair sobre a classe operária e o povo trabalhador os custos da crise

capitalista em agravamento.

j) O aumento despudorado dos preços dos bens de consumo essenciais, medida que serve os mesmos objectivos.

l) A devolução da confiança às forças repressivas da PSP e GNR para que conjuntamente com os Comandos desenvolvam acções de terrorismo sobre manifestações de massa e outras formas de luta dos trabalhadores.

m) O ataque à Reforma Agrária, às Nacionalizações e ao Controlo Operário.



### A SITUAÇÃO QUE HOJE VIVEMOS

A aliança de todos os contra-revolucionários (dos fascistas aos social-democratas) através da qual foi preparado e accionado o golpe direitista de 25 de Novembro começou a ser posto em causa pelos fascistas no próprio teatro das operações. Aproveitando o grande peso que mantêm nas Forças Armadas, os fascistas ultrapassaram rapidamente as perspectivas social-democratas, impondo medidas violentas contra os militares progressistas que levaram à prisão de muitas dezenas de soldados, sargentos e oficiais. A escalada fascista no plano civil prosseguiu com a radicalização à direita do Partido burguês por excelência, o P.P.D., com a violenta agressividade dos descarados reaccionários do C.D.S., com a crescente actividade dos terroristas do E.L.P. A pouco e pouco, por detrás das palavras mansas de Ramalho Eanes, Melo Antunes, Vasco Lourenço ou Charais começou a perceber-se as figuras sinistras de Kaulza de Arriaga e Bettencourt Rodrigues ao lado de personagens tradicionais do militarismo mais reaccionário como Correia dos Santos, Firmino Miguel, Tomé Pinto, Melo Egidio e outros. São estes verdadeiramente os homens do 25 de Novembro, os que emergem após o golpe contra-revolucionário. A libertação de Kaulza explica-se assim pelo facto de homens de confiança deste cérebro das matanças coloniais, ocuparem hoje importantes postos nas esferas militares. Amigos de Silva Cunha, Moreira Batista, têm hoje a força suficiente para imporem a libertação destes criminosos fascistas. Os sociais democratas, no plano civil e militar são agora atacados por aqueles a quem deram boleia no seu trajecto anticomunista. A situação que o nosso país e o nosso povo hoje vivem é uma situação difícil em que o mais feroz dos inimigos da classe operária e de todos os explorados e oprimidos, o fascismo, é uma ameaça viva, já presente na sombra, nos bastidores dos quartéis, nos corredores dos palácios governamentais.

Camaradas Operários, Camponeses, Sol-

## VII — NOTAS FINAIS

dados e Marinheiros.

**Camaradas das Comissões de Trabalhadores e Moradores, Conselhos de Aldeia: A hora é de resistência, unidade militante, organização e luta.** Temos de defender os nossos órgãos de Poder Popular, sabendo coordená-los, ligando-os cada vez mais aos trabalhadores, fazendo deles uma sólida barreira contra a reorganização capitalista que passa pela concretização da ameaça fascista.

Este Relatório preliminar deve circular pelas mãos de todos os nossos camaradas, deve ser utilizado como uma arma contra as mentiras das Comissões de Inquérito da burguesia.

O Inquérito Popular ao golpe reaccionário de 25 de Novembro continuará! Apelo-mos à colaboração das estruturas do Poder

Popular, aos soldados, marinheiros, sargentos e oficiais progressistas para que enviem para o M.E.S. todo o material que possa ajudar a fortalecer este Inquérito Popular, para que a fábula tenebrosa do «Golpe de Esquerda» seja definitivamente varrida.

**A classe operária, a resistência, a história, saberão julgar os verdadeiros inimigos do Povo!**

**Contra a farsa da justiça burguesa ergamos a barreira popular do nosso inquérito da nossa justiça de classe!**

**Abaixo o Relatório-MENTIRA!**

**Libertação imediata de todos os revolucionários presos!**

**Morte ao fascismo e a quem o apoiar!**

**Unir para resistir! Lutar para vencer!**

**Viva o Poder Popular! Viva o Socialismo!**



**a situação em que vivemos...**